



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

## **EXAME**

### **EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Pregão Eletrônico nº 114/2019/SUPEL/RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0036.048179/2019-97 – SESAU/RO.**

**OBJETO:** Futura e eventual contratação de material de consumo (MEDICAMENTOS - CONTRASTES RADIOLÓGICOS) conforme descritos na SAMS (Anexo III), visando atender as necessidades e demandas das Unidades de Saúde Hospitalares e Ambulatoriais, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

**RECORRENTE: H3 PHARMA COMERCIO E**

**SERVICOS LTDA**

**ITENS: 07 e 10**

#### **1. DA ADMISSIBILIDADE DAS INTENÇÕES DE RECURSO E DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE**

A licitante **H3 PHARMA COMERCIO E SERVICOS LTDA** apresentaram, em tempo hábil, via Sistema Comprasnet, suas intenções de recurso (8243973) (8244056). Este Pregoeiro, sob à luz do artigo 4º, incisos XVIII e XX da Lei Federal nº 10.520/2002 c/c artigo 26 do Decreto Estadual nº. 12.205/2006, recebeu e conheceu as referidas intenções, por reunirem as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerados TEMPESTIVOS.

Diante da manifestação da referida empresa, o Pregoeiro levando em consideração o direito de petição, constitucionalmente resguardado na alínea “a” do inciso XXXIV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e ainda os dispositivos da Lei 10.520/02, concedeu o prazo legal para apresentação da peça recursal.

#### **2. SÍNTESE DA INTENÇÃO DE RECURSO E DAS RAZÕES RECURSAIS**

A Recorrente impetra a mesma intenção e peça recursal para os itens 07 e 10 (8244000) (8244120), e requer nova convocação para o envio de sua proposta de preços nos itens retromencionados.

### 3. SÍNTESE DAS CONTRARAZÕES

Não houve contrarrazão.

### 4. DOS FATOS

A Recorrente fora desclassificada nos itens 07 e 10 pelo envio de sua proposta de preços fora do prazo fixado pelo Pregoeiro (8243220), descumprindo assim o item 7.1.2 do Edital.

No item 07, a convocação para envio de sua proposta de preços se deu às 10:44:34, e o envio somente ocorreu às 13:13:19, com aproximadamente 28 minutos de atraso.

No item 10 a convocação para envio de sua proposta de preços se deu às 10:44:16 e o envio somente ocorreu às 13:09:02, com aproximadamente 24 minutos de atraso.

Em ambos os casos, o prazo fixado por este Pregoeiro foi de 120 minutos, o que culminou na desclassificação da Recorrente.

Curial salientar que o item 10 fora cancelado na aceitação, mesmo fim do item 07. No primeiro caso o cancelamento se deu em razão de a Recorrente ter sido a única empresa a apresentar proposta para o item, e, no último caso, a primeira colocada, empresa CALL MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E REPRESENTACAO LTDA, teve sua proposta recusada pela Secretaria Estadual de Saúde por não atender questões técnicas, sendo a Recorrente a segunda colocada, não havendo outras empresas remanescentes.

Por fim, registra-se que dos 13 (treze) itens do PE 114/2019/SUPEL/RO apenas 03 (três) deles foram adjudicados (8283804), eis que todos os demais foram cancelados na aceitação pelas razões expostas na Ata do referido Pregão.

### 5. DO MÉRITO

Inicialmente é preciso registrar a flagrante violação aos termos do Edital, item 7.1.2, por parte da empresa Recorrente, que não observou o prazo fixado para envio de sua proposta de preços, o que, de forma acertada, culminou em sua desclassificação. Assim, não vejo qualquer repreensão a ser imposta a decisão que recusou a proposta da empresa **H3 PHARMA COMERCIO E SERVICOS LTDA**. Todas as licitantes conhecem (ou pelo menos deveriam conhecer) os termos do Edital quando decidem participar do certame, inclusive declaram isso no sistema Comprasnet, de forma eletrônica, logo, sob este viés, não há como dar razão a licitante.

Noutro norte, é preciso ter em vista o interesse público manifesto neste processo administrativo que subsidia o PE 114/2019/SUPEL/RO, sobretudo quando se tem 10 itens, de um total de 13 (treze), cancelados na aceitação por razões diversas, conforme a Ata do Certame. Não é objetivo de nenhum agente público deixar de cumprir com a missão de satisfazer as necessidades da coletividade, sobretudo quando esta necessidade envolve Saúde Pública e a aquisição de medicamentos tão importantes como os desta licitação.

Assim, temos um conflito entre o desatendimento do prazo fixado pelo Pregoeiro, ancorado em item editalício, e a necessidade pública, pelo que, diante de tal cenário, posiciono-me no sentido de harmonizar o formalismo e a vinculação do instrumento convocatório com o solicitação do particular recorrente, tendo como único escopo e objetivo o atendimento do interesse público por meio da provável aquisição dos itens 07 e 10, medicamentos importantíssimos para atender a sociedade.

A harmonização proposta acima consiste num fato de amplo conhecimento de qualquer estudioso do direito administrativo: a formalidade pode, e deve, ser moderada e a vinculação ao instrumento convocatório não é absoluto, mas relativo. Assim, não faz sentido usar pressupostos eleitos para proteger o interesse público como instrumento para prejudicá-lo, ao contrário, a função de propiciar o atendimento a demanda pública ficará inviabilizada.

Sob a bandeira proposta acima, o Tribunal de Contas da União – TCU, a seu turno, tem prestigiado a adoção do princípio do formalismo moderado, vejamos:

*No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (TCU. Processo nº 032.668/2014-7. Acórdão nº 357/2015 — Plenário. Relator: ministro Bruno Dantas.)*

Ressalto, preliminarmente, que o edital não constitui um fim em si mesmo. Trata-se de instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, que são assegurar a contratação da proposta mais vantajosa e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos precisos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. Assim, a interpretação e aplicação das regras nele estabelecidas deve sempre ter por norte o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuem para esse desiderato. (TCU. Processo nº 017.101/2003-3. Acórdão nº 1.758/2003 — Plenário. Relator: ministro Walton Alencar Rodrigues.)

Sob a bandeira proposta acima, o Tribunal de Contas da União – TCU, tem se manifestado pela adoção da vinculação ao instrumento convocatório de forma harmonizada com os demais princípios, vejamos:

O disposto no caput do art. [41](#) da Lei [8.666](#)/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (TCU - Acórdão 8482/2013-1ª Câmara).

Ademais, a administração pode utilizar da autotutela, que consiste no poder de anular, convalidar e, ainda, o poder de revogar atos administrativos, estando expressa no art. 53 da Lei nº 9.784/99, art. 14 da Lei Estadual 3.830/2016, assim como na Súmula nº 473 do STF:

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 14. A Administração Pública Estadual deve invalidar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade respeitados os direitos adquiridos, sempre assegurando a ampla defesa e o contraditório.

Súmula 473 do STF. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Isso posto, e considerando que a possibilidade de análise da proposta encaminhada com alguns minutos de atraso pela Recorrente não traz qualquer prejuízo do certame e aos participantes do PE 114/2019/SUPEL/RO, prolo a decisão abaixo.

## 6. DECISÃO

Em cumprimento ao art. 11, inc. VII, do Decreto Estadual nº 12.205/2006, após análise da intenção de recurso manifesta, recebida e conhecida, bem como as Razões Recursais, e com base nas considerações aqui esposadas, à luz dos princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da eficiência, da competitividade, da razoabilidade, da proporcionalidade, entre outros, bem como visando o objetivo da seleção da proposta mais vantajosa, julga-se pela **PROCEDÊNCIA DOS RECURSOS IMPETRADO PELA LICITANTE H3 PHARMA COMERCIO E SERVICOS LTDA, nos 07 e 10.**

Submeto a presente decisão ao conhecimento e à apreciação da Autoridade Superior, na pessoa do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações, podendo ensejar melhor juízo e entendimento.

Porto Velho - RO, 09 de Outubro de 2019.

**JADER CHAPLIN BERNARDO DE OLIVEIRA**

Pregoeiro - Equipe DELTA/SUPEL

mat. 300130075



Documento assinado eletronicamente por **Jader Chaplin Bernardo de Oliveira, Pregoeiro(a)**, em 09/10/2019, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **8283936** e o código CRC **F8FD7A0B**.